

O xis do problema

Os verdadeiros argumentos contra a Ancinav não são ditos



ABR

O projeto apresentado pelo Ministério da Cultura para a criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual tem grande apoio dos pequenos produtores de di-

versas áreas desse importante e estratégico segmento da economia do país, como já mostramos.

Mas para localizar esses apoios é preciso ir à página da internet criada pelo MinC e a revistas culturais críticas, de pequena circulação, que há muito são críticas especialmente da indústria cultural brasileira. Nas páginas dos jornais das grandes empresas, que são parte essencial dessa indústria, o que se acha é o oposto: são diatribes incendiárias contra o projeto. No *Estado de S. Paulo*, por exemplo, da família Mesquita, fundadora do jornal que hoje é gerido por uma espécie de comitê de bancos, Fernão Lara Mesquita disse recentemente que “o pacote da Ancinav” é “o mais violento atentado contra as liberdades civis desde a imposição da censura prévia à imprensa pelos governos militares”. E Ipojuca Pontes, cineasta e jornalista, disse que o projeto tem origens totalitárias e que essas decorrem essencialmente de planos articulados entre o Partido dos Trabalhadores e o governo do “ditador de vocação imperialista” Fidel Castro, a partir de um documento tirado em um encontro periódico que reunia lideranças petistas, do Partido Comunista Cubano e de outros partidos de esquerda da América Latina, a partir de 1997.

Uma nova liberdade Na audiência pública que foi promovida no Senado, em meados de setembro, para atacar o projeto da Ancinav se fez propaganda até mesmo de um novo conceito, criado pelos propagandistas da *Rede Globo*, o da *liberdade de programação* que deveriam ter as empresas de televisão. Este seria um novo capítulo dos direitos e garantias individuais e estaria protegido pela Constituição. O senador Hélio Costa, do PMDB de Minas Gerais, e ex-apresentador da *Globo*, disse que, com a Ancinav, o governo estaria ameaçando essa liberdade: “Se o governo determinasse que o sr. só poderia compor das 7h às 8h, teríamos perdido grande parte de sua obra”, disse ele, tentando explicar o que significava o conceito de *liberdade de programação*, dirigindo-se ao ministro da Cultura, Gilberto Gil.

Diante de tantos ataques, o MinC vem adotando uma posição de temporização e recuo. O ministro disse no fi-

nal de setembro, em palestra no Rio, que não há mais previsão para o envio ao Congresso do projeto de criação da Ancinav. Na ocasião, o ministro disse que no dia anterior estivera “tratando do assunto com o vice-presidente das Organizações Globo, João Roberto Marinho”. A previsão do Ministério era concluir até 6 de outubro as discussões do anteprojeto no Conselho Superior do Cinema, formado por nove ministros e 18 especialistas em cinema e TV, e depois enviar o projeto de lei ao Congresso. No mesmo dia das declarações do ministro, representantes do Conselho e a equipe do MinC estenderam o prazo de discussões por mais um mês, até 6 de novembro.

Um dos grandes argumentos para bloquear a Ancinav é o de que esse setor da indústria brasileira seria quase como o chamado *agrobusiness*, um dos poucos que iria bem na economia do país. A associação entre a televisão brasileira e a nova indústria do cinema nacional, na sua fase atual de retomada, estaria sendo um êxito espetacular, o que se deduziria de cifras tais como a do público do cinema nacional, que pulou de 7,2 milhões de espectadores em 2002 para 22 milhões no ano passado, um salto de mais de 200%.

A liberdade do capital É compreensível que o ministério recue diante de ataques de adversários tão poderosos, que controlam a indústria cultural do país. Mas não são igualmente razoáveis os argumentos. Não é verdade que tudo vai bem, por exemplo. O cinema nacional em expansão ainda não é, por exemplo, nem sombra do cinema nacional incentivado pelo Estado durante a ditadura militar, quando, em 1976, o filme *Dona Flor e Seus dois Maridos*, de Bruno Barreto, fez, sozinho, 12 milhões de espectadores e o país tinha 3.276 salas de cinema. Hoje, o que existe, é um conjunto de redes de televisão com gravíssimos problemas financeiros, como é o caso da *Globo*, e que juntas compram no exterior mais de US\$ 100 milhões em filmes por ano. Na audiência pública no Senado com o ministro Gil, a certa altura o representante da *Rede Bandeirantes* disse que preferia se concentrar nos pontos do anteprojeto que “atingem esse bem intocável que é a liberdade de expressão”, porque “a questão da economia do audiovisual”, lhe parecia “complexa demais”.

Não é bem assim. A grande indústria cultural brasileira, que é minúscula diante da grande indústria cultural internacional, basicamente americana, está levantando como um fantasma a questão da liberdade de expressão porque, no fundo, quer ter essencialmente a liberdade econômica e o apoio do governo para buscar solução para os problemas que enfrenta fora do país, nas associações com o capital estrangeiro. ■